

O tormentoso começo do governo Trump e o tremor da América Latina

22/02/2017

Claudio Katz

Donald Trump confirmou, em seus primeiros dias, que é um mandatário reacionário com múltiplos planos de atrocidades. Enquanto crescem os protestos nas ruas ao seu governo, a viabilidade de sua agressão é uma incógnita. Porém, em qualquer caso, uma acertada caracterização de seu projeto vale mais que incontáveis prognósticos.

Uma agenda virulenta

As ordens executivas firmadas pelo magnata ilustram seus propósitos trogloditas. Donald Trump ratificou a construção do muro a cargo do México, pôs em marcha a expulsão de imigrantes indocumentados, anulou a concessão de vistos de entrada para pessoas provenientes de vários países árabes, anunciou a retirada de subsídios federais das cidades que protegem estes imigrantes, iniciou a liquidação do seguro de saúde (o chamado Obamacare) e congelou a contratação de empregados estatais.

Seu Gabinete de generais e multimilionários inclui especialistas em destruir a educação pública (Betsy DeVos), esvaziar o sistema sanitário (Tom Price), liquidar o ambientalismo (Scott Prui) e congelar o salário mínimo (Andy Puzder). Seu vice-presidente (Mike Spencer) lidera as campanhas de penalização do aborto e seus principais funcionários são islamofóbicos declarados (por exemplo, Michael Flynn) ou pregadores da supremacia branca (como Stephen Bannon).

Através de Rex Tillerson (expoente do lobby petroleiro), o governo Trump já reabilitou a construção de oleodutos contaminantes (que se constitui em um devastador empreendimento), que, provavelmente, terá como consequência: a repressão contra os membros da reserva Sioux (da região do estado da Dakota do Norte), ou seja, contra os povos indígenas Sioux, povoadores desta região.

A predisposição de Trump pelo garrote verificou-se em sua justificação da tortura, na proteção total das atividades da CIA e no aumento dos insultos contra a imprensa (devido à cobertura, por parte da mesma, das manifestações contrárias ao governo). E no terreno eleitoral, Trump prepara criar um mecanismo de dissuasão do registro de eleitores através de uma fábula sobre os sufrágios fraudulentos [através da adoção de uma ação executiva para investigar “denúncias” de fraude eleitoral].

Trump negocia com o establishment republicano tanto a política econômica, bem como a política externa, respaldando as campanhas obscurantistas dos ultradireitas de seu Gabinete. Essa agenda inclui iniciativas dos defensores da supremacia branca contra os afro-americanos e contra os direitos conquistados por outras minorias. No entanto, é preciso dizer que não somente os latinos estão excluídos de seu projeto de tornar os Estados Unidos “novamente grande”(Davis, 2016).

O magnata sabe que seu giro xenófobo requer mais ações do que palavras. Assim, busca o apoio de seu eleitorado para diabolizar os mexicanos e atacar os muçulmanos. Sua combinação de verborragia agressiva e caudilhismo nacionalista têm sido identificada por numerosos analistas como “populismo anti-sistêmico” (Fraga, 2016). Estes analistas utilizam essa denominação para questionar Trump, sobretudo sua demagogia e seu

desconhecimento dos princípios republicanos, além de assinalarem que esses efeitos são internacionalmente compartilhados por líderes de direita e de esquerda.

Contudo, a inconsistência desta comparação é evidente no caso de Trump. Podem-se traçar paralelos com Marine Le Pen, mas qualquer parentesco com Nicolás Maduro ou Evo Morales é um disparate. O termo “populista” encobre o fato desse governante (Trump) ser um expoente da burguesia americana, que busca reconstituir o sistema político estadunidense mediante uma gestão autoritária.

Como essa meta exige um apoio extra institucional: a coalizão governante inclui o componente fascista das milícias e dos grupos que promovem o uso de armas nas universidades.

Alguns autores (Cabrera, 2017) ressaltam acertadamente estas ameaças, frente às vacilações dos progressistas que contemporizam com Trump. Esses enfoques descrevem o voto operário conseguido pelo multimilionário como uma simples manifestação de descontentamento, mas diluindo seu caráter reacionário. Esses enfoques podem também desenvolver acertados questionamentos a Obama e a Hillary Clinton, mas desconsiderando o perigo que representa o novo presidente (Fraser, 2017). No entanto, com essa atitude, fica difícil avaliar a extraordinária explosão de protestos que foi desencadeada contra Donald Trump.

Uma resistência inédita

Nenhum outro presidente iniciou seu mandato com tanta reprovação inicial. Quatro milhões de manifestantes transformaram a fisionomia das principais cidades dos Estados Unidos. Porém, a radicalidade dos discursos e os lemas proclamados foram os elementos que mais chamaram a atenção em todas essas manifestações.

Sob uma avalanche de cartazes proclamando que Trump “não é o meu presidente”, numerosos oradores ressaltaram a ilegitimidade do mandatário. As pesquisas de opinião ratificaram que a metade da população confirma essa percepção. Não somente Michael Moore e os seguidores de Bernie Sanders questionam a legitimidade da atual gestão presidencial. Algumas personalidades do establishment coincidem no que se refere à desconfiança com relação ao novo governo (Krugman, 2017). De um modo geral, estas reflexões minaram os cimentos do sistema institucional estadunidense.

A cerimônia de posse foi boicotada por quarenta senadores liderados por um emblemático lutador afro-americano (John Lewis). Este cenário convulsivo suscita impensáveis comparações com os países latino-americanos.

Junto aos protestos emerge uma nova cultura de resistência presente em divertidos cartazes, que recordam os grafites de Maio de 1968. As redes sociais substituem as velhas pinturas nos muros, facilitando a difusão instantânea das mensagens. A repercussão internacional desses slogans cresce junto ao repúdio a Trump, que é compartilhado por toda a comunidade artística de Hollywood.

A próxima batalha será travada nas “cidades-santuário” que concederam mais documentos de proteção aos perseguidos. As autoridades de 300 centros urbanos têm declarado que resistirão às exigências federais de deportação, destacando que “a imigração torna grande a América”.

Vários comentaristas traçam comparações com o clima que antecipou na década de 1960, as mobilizações contra a guerra do Vietnã. A lembrança dos anos 60 tem

substituído as analogias de Donald Trump com Ronald Reagan por semelhanças mais pertinentes com Richard Nixon. Se a resistência for consolidada, os planos do novo mandatário enfrentarão os mesmos limites que paralisaram a administração daquele antecessor.

Trump reabre velhas feridas da sociedade estadunidense. Entra em confronto com os descendentes dos povos originários Sioux, que rechaçam a construção de oleodutos que contaminam o meio ambiente. Em um piquete realizado em Standing Rock foi comemorado a resistência da comunidade ao saque sofrido pela mesma, com apoios que incluíram vários veteranos de guerra [mais especificamente quatro mil veteranos do exército americano]. Todos pediram perdão pelo extermínio dos índios e seu confinamento em reservas (Honty, 2016).

Este ressurgimento de antigos problemas torna-se mais presente, de uma forma aguda, na questão racial. Trump acolhe os simpatizantes da Ku Klux Klan, que herdaram o ódio dos escravocratas do Sul (que foram derrotados na Guerra Civil Americana) com relação aos afro-americanos. Durante todo o século passado, esse setor preservou um enorme poder nos ministérios, tribunais e legislaturas (Pozzi, 2016) e sustentou o sistema eleitoral que beneficia os estados rurais, conservadores e com menor população (Majfud, 2016). Trump foi coroado por esse antidemocrático sistema que vulnerou a maioria dos sufrágios obtidos por sua concorrente Hillary Clinton. Agora, reabre desde a presidência as fraturas mais dolorosas da história estadunidense. Sua presença na Casa Branca tem provocado um terremoto político. Sendo que, essa convulsão tem criado um grande auditório para as propostas da esquerda, depois do impressionante apoio conseguido, no primeiro momento, por Bernie Sanders.

A queda de braço estratégica com a China

Trump não é um homem estranho ao mundo político que improvisa no seu trabalho de comandar a primeira potência mundial. O trabalho desenvolvido por ele nasce tomando como base os diagnósticos elaborados por centros de estudos do establishment, que constatarem como a globalização neoliberal impulsionada pelos Estados Unidos beneficia a China (Silva Flores, Lara Cortes, 2017).

A resolução dessa contradição é o principal objetivo do endinheirado presidente. Ele busca, antes de tudo, reduzir o descomunal déficit comercial com o gigante asiático. E faz o balanço dessa situação, mediante uma revisão dos tratados de livre comércio, que não dão lucros suficientes à economia ianque.

Por isso inaugurou sua gestão freando a negociação do convênio transpacífico, que a seu juízo outorgava demasiadas concessões aos restantes membros da associação.

Esta decisão não implica a saída protecionista, desse convênio, de uma economia tão ligada aos circuitos internacionais de abastecimento. Trump tenta reordenar (e não eliminar) os tratados que regem o comércio mundial, através do esquema adotado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) na metade dos anos 90.

O magnata busca recuperar a hegemonia dos Estados Unidos no intercâmbio global (Lucita, 2016), não pretendendo reverter a estrutura internacional de transações, que atualmente manejam as empresas multinacionais.

Esse tipo de revisão já foi realizado pelos Estados Unidos, quando o país substituiu o fracasso da ALCA por convênios bilaterais com diferentes países latino-americanos.

Agora, prepara uma renegociação que preservará todos os itens que reforçam sua economia.

Trump buscará através do acordo chamado de Parceria Transpacífico (*Trans-Pacific Partnership/TPP*) – também conhecido como Tratado Transpacífico/TTP – assim como do pendente Acordo no Comércio de Serviços (*Trade in Services Agreement/TISA*), consolidar as vantagens conseguidas por empresas estadunidenses nos direitos de propriedade de várias áreas (remédios, cinematografia, informática, correio, aeronáutica, finanças). E buscará confirmar a supremacia de seu país nos serviços e no acesso privilegiado com relação às compras públicas de outras nações (Ghiotto, Heidel 2016).

Porém, a negociação com a China é mais complexa. Trump não somente exige a abertura do mercado asiático aos bancos e fornecedores estadunidenses. Trump também demanda limites à penetração direta de produtos chineses ou sua entrada lateral, através de plataformas de produção em terceiros países. Os automóveis estão na mira dessa operação.

A pressão contra o competidor oriental estende-se à esfera monetária. Trump não obstruirá a compra de títulos do tesouro – que preserva a preeminência internacional do dólar – mas tratará de evitar a valorização da moeda americana (e as desvalorizações do yuan, moeda chinesa), que afetam as exportações da primeira potência.

Com esse duro esquema de assédio comercial-monetário, o magnata tentará pressionar a China, sem afetar o domínio dos setores altamente internacionalizados da economia estadunidense.

O conflito estratégico que se avizinha com o gigante oriental tem semelhanças com a luta que foi travada contra a União Soviética. Os presidentes republicanos têm se especializado em confrontações desse tipo. Ronald Reagan deu uma maior intensidade à guerra fria, enquanto George Bush liderou invasões no Oriente Médio e, agora, Trump encabeça uma queda de braço com a China.

No entanto, no establishment há muitas dúvidas sobre esse desafio (Nye, 2017). Os falcões supõem que: a China é economicamente vulnerável e incapaz de substituir os Estados Unidos, no comando do capitalismo globalizado.

Contudo, o setor que predominava com Obama teme as consequências desse choque, promovendo a neutralização da China, mediante sua incorporação plena (e consequentemente sua subordinação) aos círculos globais das finanças (com o poder de voto do país no Fundo Monetário Internacional/FMI) e da moeda (com a entrada do yuan no grupo das moedas de referência do FMI) (Bond, 2015).

Trump já começou sua ofensiva com uma chamada telefônica a Taiwan, mas prepara com cuidado a escalada. O governo chinês respondeu com dureza, oferecendo, no Fórum Económico Mundial, em Davos, novos tratados de livre comércio a todos os sócios em disputa. Enquanto evita discutir a abertura interna, contra-ataca com propostas de uma globalização potencializada.

A China pôs em marcha seu próprio convênio no Pacífico (AGER), consolidou o acordo estratégico de Xangai com a Rússia e conseguiu aproximações inéditas com: Filipinas, Malásia e vários países do Sudeste Asiático. Frente à semelhante resistência, Trump

ensaia a futura confrontação, com provocações a um vizinho indefeso do hemisfério americano.

O sentido da agressão ao México

Os furiosos ataques ao México são uma advertência aos competidores de maior porte. Donald Trump exercita sua ofensiva global com a insultante exigência de construir um muro, que será pago pelas vítimas.

Nesse caso, aqui está em jogo também a redução do déficit comercial com o vizinho mexicano e uma renegociação mais favorável do acordo comercial (NAFTA). Porém, como esses desequilíbrios são inferiores aos vigentes com outros países, é evidente que o gesto mafioso com relação ao México confirme uma queda de braço de maior alcance.

Trump supõe que Peña Nieto aceitará todas as humilhações. E não esquece que o atual chanceler Videgaray convidou-o, na condição de candidato, a desprezar publicamente o México, a desenvolver um discurso sobre o México com uma retórica anti-mexicana. Donald Trump imagina que o establishment desse país carece de um plano alternativo à subordinação aos Estados Unidos, e que está seguro da companhia do Canadá.

Por isso, chantageia com a taxação das importações provenientes de uma economia, que destina 90% de suas vendas aos Estados Unidos. E complementa essa pressão com ameaças de tributação às remessas para o exterior.

O discurso sobre a construção do muro por parte de Trump representa um aviso para deliberadamente prejudicar o México (uma mensagem de perseguição total ao México). Para o novo governo americano, mais do que a construção efetiva de uma espécie de paredão – um terço do muro já foi construído pelas administrações americanas anteriores – interessa-lhe emitir um sinal de agressão sem limite ao país vizinho, sugerindo um pesadelo ao México semelhante àquele sofrido pelos palestinos na Cisjordânia.

A expulsão dos mexicanos dos Estados Unidos sintetiza um novo plano de gestão reacionária da força de trabalho por parte de Trump. Ele pretende reforçar a antiga divisão dos assalariados que tem caracterizado o capitalismo estadunidense. Essa divisão facilitou a dominação burguesa. Sendo que, a princípio, os imigrantes europeus de diferentes nacionalidades eram vítimas dessa segmentação e posteriormente propiciou-se a confrontação dos trabalhadores brancos com os negros e os latinos (Gordon, 1985).

Nas últimas décadas, esta fratura foi utilizada para consolidar a redução da renda das camadas populares. O salário mínimo é, atualmente, inferior em 25% ao que existia em 1968, apesar da produtividade ter registrado um crescimento em dobro.

Trump ressuscita o nacionalismo para recriar a velha divisão dos trabalhadores no novo cenário neoliberal. Ele combina chauvinismo com privatizações e flexibilização da legislação trabalhista. E utiliza a xenofobia, além de limitar a mobilidade dos assalariados para consolidar o poder do capital.

Essa restrição representa o principal foco de revisão dos tratados de livre comércio por parte de Trump. Em nenhum momento, o novo mandatário dos Estados Unidos opõe-se a continuidade da acumulação do capital em escala mundial. Trump postula também ampliar o esquema predominante na relação entre a China e os Estados Unidos, que exclui a circulação entre os trabalhadores de ambos os países (Panitch, 2016).

O Brexit antecipou esta nova tendência, já que supõe renegociar as normas de comércio entre a Inglaterra e a Europa, mas, ao mesmo tempo, restaurar restrições à entrada de imigrantes naquele país. Da mesma forma que na Inglaterra (em que há uma possibilidade das leis trabalhistas e sociais do Velho Mundo serem abandonadas), nos Estados Unidos, os capitalistas buscam redobrar suas agressões usufruindo das divisões na classe operária.

Com a obstrução da mobilidade da força de trabalho, Trump e seus colegas ingleses promovem outro modelo de globalização assimétrica. Tentam substituir o enfraquecido cosmopolitismo da Terceira Via por um coquetel de neoliberalismo com xenofobia. Este giro é implantado através de estados nacionais, que persistem como o cimento inevitável da mundialização neoliberal.

É importante registrar o caráter limitado da mudança propiciada por Trump, frente à generalizada identificação de sua política com o velho protecionismo (Algañaraz, 2017) ou com o fim da globalização (Pérez Llana, 2017). Essas caracterizações têm sido acertadamente contestadas, por autores que descrevem as diferenças do curso atual com os modelos clássicos de tributação (Puella Socarrás, 2017). No giro proposto há muitas continuidades com o esquema neoliberal das últimas décadas (Robinson, 2017).

De um modo geral, Trump é um produto da globalização neoliberal, já que promove, de uma forma bastante evidente, a ofensiva do capital sobre o trabalho. Ele também planeja revisar as normas do comércio dentro do marco da mundialização, ao mesmo tempo em que, não patrocina nenhuma eliminação das cadeias globais de valor [conjunto de atividades necessárias à produção e entrega do produto ao consumidor final], que regem a fabricação internacionalizada de incontáveis mercadorias.

Trump nem sequer postula alterar a globalização financeira. Estando rodeado pela nata de Wall Street, trabalha com os republicanos mais hostis a qualquer regulamentação do movimento internacional dos capitais.

Os riscos da economia

Como Trump começou abrindo muitas frentes de conflito, necessitará, a curto prazo, de êxitos econômicos para oxigenar sua gestão. Sendo que, atualmente, promove o programa de obras públicas, que muitos setores demandaram de forma superficial a Obama.

Um magnata que juntou fortunas com desenvolvimentos imobiliários sintoniza com todos os negócios de infraestrutura. O investimento em infraestrutura é necessário em uma economia afetada pelo estado antiquado dos serviços públicos. Ao longo de três décadas de contração nesse segmento dos gastos federais, a antiguidade desses ativos passa de vinte e dois anos.

A proposta de Trump não é tão ambiciosa, e implica em gastos muito inferiores aos gastos realizados pela China no último decênio. Porém, inclusive, nessa escala há poucos antecedentes de gastos nesse tipo de iniciativa. Nenhuma economia ocidental tem conseguido, recentemente, recuperar-se, de uma maneira considerável, por essa via. O último fracasso registrou-se no Japão. O Abe-economics – que antecipou alguns traços do Trump-economics – não conseguiu reanimar o aparato produtivo (Robert, 2016).

O projeto do milionário supõe, ademais, um grande endividamento público e o significativo aumento das taxas de juros. Esse aumento reverteria a situação de empréstimos com juros baixos, que aliviou a economia estadunidense nos últimos anos.

Nesse momento, os mercados financeiros estão satisfeitos com seu novo representante na Casa Branca. Esses mercados aprovam a iminente redução de impostos às atividades empresariais e apoiam o protagonismo dos banqueiros no Gabinete Executivo do Presidente. Porém, seria bom vermos como reagirão os fundos de investimento, detentores de títulos estadunidenses, diante do aumento do crescimento do déficit fiscal.

Um risco semelhante pode ser colocado por nós devido à preeminência do lobby petrolífero. Os papas deste setor (Rex Tillerson, Rick Perry, Scott Pruitt) não somente recuperaram o domínio que tiveram durante a gestão dos Bush [George Bush e George W. Bush, pai e filho, que foram presidentes dos Estados Unidos]. A total negação das mudanças climáticas por parte dos grandes empresários da indústria de petróleo constitui-se em um sinal, a fim de paralisar as tentativas para frear o aquecimento global, assim como frear uma renovada e terrível emissão de gases tóxicos. Ao concluir o quinquênio mais quente da história recente, aproxima-se o trabalho de desmantelamento da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (*United States Environmental Protection Agency/EPA* ou às vezes *USEPA*) (Chomsky, 2016). É difícil imaginar a maneira pela qual Donald Trump conseguirá sua prometida recomposição do emprego industrial. Nenhuma de suas propostas reverte a especialização da economia estadunidense, em serviços ou fabricações de bens finais. Essas medidas tampouco neutralizam os processos de automatização que substituem a mão de obra. Em nenhum caso permitirão tornar mais barato o custo da força de trabalho nos Estados Unidos em comparação com a Ásia.

O modelo em marcha supõe uma mistura de monetarismo (elevação das taxas de juros) e ofertismo (redução de impostos), com ingredientes keynesianos (reativação da economia com gasto público). Este último componente suscita elogios de alguns pensadores heterodoxos, que separam a política econômica da orientação reacionária de Trump (Varoufakis, 2016). A recuperação capitalista promovida por esse projeto não diminui sua regressividade.

Reformulações Internacionais

O belicismo de Trump encontra-se bem visível através dos assessores do presidente. Trump incorporou mais militares em cargos de segurança, que qualquer outro governo estadunidense dos últimos 60 anos. Em seu Gabinete predominam os mesmos partidários da unipolaridade armada, que prevaleceram na gestão dos Bush. Trump aumentou os salários dos militares do exército, bem como aumentou as verbas para o Pentágono.

O magnata refutou todas as expectativas de desmobilização interna de tropas militares. O xerife do planeta calibra seus canhões e refuta todas as esperanças de isolacionismo. A valorização das ações do complexo industrial-militar antecipa sua agenda intervencionista.

Essa escalada tem precedentes em Obama, que recompôs a presença internacional do Pentágono (com o aumento de bases militares internacionais) e autorizou o lançamento de 26.171 bombas (Gandáségui, 2017). Os Estados Unidos é o protetor militar do capitalismo global, e que não pensa tão cedo em abandonar essa função. As incógnitas giram em torno dos objetivos geopolíticos específicos dessa ação.

Donald Trump tenta uma aproximação com a Rússia para enfraquecer a China. De certa forma, inverte o trabalho de Richard Nixon, que na década de 1970 buscou enfraquecer a URSS em prol de uma aproximação decisiva com o gigante asiático.

Os contratos petrolíferos assinados com Vladimir Putin pelo secretário Rex Tillerson (em nome da Exxon Mobil) preparam um novo curso. Contudo, no Departamento de Estado existem sérias resistências a esse rumo. E por essa razão, tantos segredos da relação de Trump com Moscou são omitidos.

A elite russa aprova a consolidação das relações com o Ocidente. Essa elite deposita suas fortunas em Londres, educa seus filhos em Harvard, passa férias em Miami e realiza turvos negócios em Genebra (Kagarlisky, 2015). No entanto, como os Estados Unidos nunca oferece algo em troca da simples subordinação aos seus interesses, todas as tentativas de aproximação acabam tornando-se novos distanciamentos.

A experiência de Boris Yeltsin ficou para trás, e Vladimir Putin não aceita a submissão que foi imposta aos russos pelos antecessores de Trump. A Rússia estabeleceu numerosos convênios com a China e acaba de exibir ambições geoestratégicas na Síria (Katz, 2017).

Além disso, o ocupante da Casa Branca enfrenta sérios conflitos com governos europeus devido à aproximação com Putin. Vários líderes do Velho Continente se negam a eliminar as sanções introduzidas por François Hollande e Barak Obama durante a crise da Ucrânia. Esses desacordos agravam o mal-estar gerado pelas exigências estadunidenses de maior financiamento europeu da OTAN. A desaprovação com relação à aproximação com a Rússia estendeu-se, inclusive, ao incondicional sócio dos Estados Unidos, ou seja, a Inglaterra.

O impacto de Trump é especialmente significativo na Inglaterra. Os partidários da separação do Reino Unido da União Europeia esforçam-se no sentido de acelerar o Brexit, para atualizar a aliança transoceânica e diversificar acordos de livre comércio com diferentes regiões. Enquanto os oponentes da separação analisam, com cuidado, as definições desse processo, defendendo que a Inglaterra passe a ter um status intermediário em sua relação com a Europa (status semelhante ao que possui, por exemplo, a Noruega). Além desses dois grupos, há ainda aqueles que propõem uma longa transição de sete anos para finalizar esse processo. Sendo que, todos esses grupos dependem de uma resolução final do Parlamento com relação a essa questão.

Para resistir à pressão dos bancos, que perderam (devido ao Brexit) a centralidade da *City of London* [também chamada simplesmente de *City*, a “Cidade de Londres” é o centro financeiro e histórico de Londres – e o principal centro financeiro da Europa – que constitui uma pequena área dentro da Grande Londres] na absorção do capital europeu, o governo oferece ampliar as atribuições de Londres, como paraíso financeiro desregulado. Na dura negociação comercial com a Alemanha, ameaçam oferecer mais subsídios às empresas para atrair investimentos do Velho Continente.

Entretanto, todas essas ameaças acabam perdendo sentido frente à ameaça da Escócia de convocar um novo plebiscito com o objetivo de tornar nula a separação do Reino Unido da União Europeia, caso a mesma seja, de fato, concretizada.

A ascensão de Trump também tem influência nos resultados dos próximos comícios presidenciais na França. A extrema direita espera repetir o ocorrido no mundo anglo-saxão. Porém, diferente dos Estados Unidos, ela não possui uma estratégia futura.

Proclamam um repúdio a qualquer modalidade da União Europeia, mas, ao mesmo tempo, reforçam laços parlamentares com os partidos ultradireitistas do Velho Continente.

Em semelhante desconcerto, não é muito sensato que alguém influenciado pela onda atual: elogie o Brexit ou aprove o protecionismo (Sapir, 2016). Da mesma forma que nos Estados Unidos, o apoio do grosso da classe operária às propostas reacionárias não diminui a regressividade das mesmas.

A esquerda deve hastear sua própria bandeira denunciando, por igual, os xenófobos e os liberais. É certo que Donald Trump e Marine Le Pen ascendem por causa das decepções com Barak Obama e François Hollande, mas esse avanço expressa uma canalização reacionária da frustração precedente.

A mesma firmeza deve prevalecer na hora de julgar as respostas conservadoras a Trump. A atitude do governo chinês é particularmente nefasta, posto que, contrapõe as vantagens do livre comércio à agressividade estadunidense.

Essa mensagem desarma todos aqueles que consideram o modelo internacional da China, como uma alternativa progressista ao neoliberalismo ocidental (Escobar, 2016). Em um momento de mudanças tão drásticas, a esquerda necessita hastear suas próprias bandeiras anticapitalistas.

O tremor da América Latina

Em nenhum país do mundo, a presidência de Trump causou tanto transtorno como tem causado com relação ao México. O governo mexicano está totalmente desnordeado, e Peña Nieto somente adiou a peregrinação a Washington, quando seu agressor (Trump) lhe explicitou a inutilidade do encontro. As críticas a essa genuflexão unificaram todo o arco oposicionista ao governo mexicano.

Os insultos do gringo milionário tornam ainda mais viva a memória dos avassalamentos sofridos pelo país, em um contexto de grande reativação da luta social. As marchas contra o *gasolinazo* [aumento do preço dos combustíveis no México] reforçaram a batalha contínua do magistério, e superaram a reação das pessoas em comparação com um fato ocorrido anteriormente, como: os crimes de Ayotzinapa (Aguilar Mora, 2017). A desorientação exibida pela classe dominante mexicana estende-se, praticamente, a todos os países latino-americanos. Todos os mandatários neoliberais esperavam aprofundar (com Hillary Clinton) a restauração conservadora, colocando em ordem a Aliança Livre-cambista do Pacífico. Frente ao novo cenário, esses países não conseguem definir uma política alternativa. Somente aprofundam a paralisia interna do Mercosul, sem conceber objetivos defensivos.

Até agora, predomina a tendência a buscar acordos substitutos de livre comércio, não somente com a União Europeia. A Argentina e o Brasil aceitam eventuais negociações com a China, reativando a agenda de viagens do presidente asiático. Nem sequer avaliam que, após essas negociações, haverá um aumento da primarização [aumento da participação do setor primário nas exportações] de suas economias.

Se a região ficar no meio de uma grande batalha comercial entre os Estados Unidos e a China, os efeitos poderão ser demolidores. Aproveitando a ausência de políticas soberanas na região, os dois gigantes disputariam com mais ferocidade a colocação de

mercadorias excedentes nesses mercados, além de disputarem o saque dos recursos naturais dos países da região.

A Argentina está particularmente embarcada nessa autodestruição. Mauricio Macri imita seu par estadunidense no que se refere à intimidação repressiva e à xenofobia anti-imigrante.

Entretanto, Trump desperta simpatias também no Cone Sul, entre os políticos que elogiam sua promoção do mercado interno (Terragno, 2017). Alguns declaram com chamativa admiração que “Trump é peronista” (Moreno, 2017). Explicitam dessa forma o componente reacionário do justicialismo [sinônimo de peronismo] clássico, que emergiu na época do governo de Isabel Perón [María Estela Martínez de Perón, que governou a Argentina no período compreendido entre 01 de julho de 1974 a 24 de março de 1976].

A esquerda encontra-se no campo oposto a Trump, solidarizando-se com os manifestantes, com os lutadores sociais dos Estados Unidos. Há uma ligação entre o anti-imperialismo da América Latina e as demandas democráticas dos indignados do Norte. Assim, essa convergência se nutre de uma rejeição compartilhada ao direitista da Casa Branca.

Trump inaugura um giro de alcance global. O epicentro da crise se localiza, pela primeira vez, na principal potência do planeta. Da mesma forma que ninguém imaginou a implosão da União Soviética ou a conversão da China em potência econômica, tampouco ninguém conseguiu prever a monumental mudança atual.

As grandes transformações irrompem sem aviso prévio, mas seus efeitos estão à vista. Trump representa a barbárie capitalista e suas provocações exigem forjar uma resposta socialista.

Resumo

Trump impulsiona um projeto reacionário que não pode ser exatamente caracterizado como populista. Ele promove um giro autoritário com apoio para-insitucional, a fim de favorecer os capitalistas. A inédita resistência nas ruas ao seu projeto recupera tradições rebeldes e delimita sua margem de ação.

Na estratégia da queda de braço com a China, Trump pretende renegociar tratados, sem retornar ao velho protecionismo. A agressão ao México é uma advertência aos grandes competidores e os maus-tratos aos imigrantes antecipa uma fase de neoliberalismo xenófobo.

O componente keynesiano de Trump não atenua seu caráter regressivo. A ascensão do magnata potencializa o belicismo, e Trump tenta ligar o desenrolar da crise europeia com o futuro próximo estadunidense. O impacto da sua política sobre a América Latina é maiúsculo.

REFERÊNCIAS:

Aguilar Mora, Manuel (2017) – <http://www.sinpermiso.info/textos>

Algañaraz, Julio (2017). www.clarin.com/mundo/_0_H14vGc0Hg.html

Bond, Patrick (2015) <http://vientosur.info/spip.php?article10740>.
 Cabrera, Luis Martín (2017). www.rebelion.org/noticia.php?id=221858
 Chomsky, Noam (2016) <http://revistanorte.com.ar>
 Davis, Mike (2016) www.sinpermiso.info/textos/trump

Escobar, Pepe (2016) <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=220419>
 Fraga, Rosendo (2016). www.lanacion.com.ar/1961492
 Fraser, Nancy (2017). www.rebelion.org/noticia.php?id=221955
 Gandásegui h, Marco (2017) <http://laestrella.com.pa/opinion23981819>
 Ghiotto, Luciana; Heidel Evelin (2016) www.alainet.org/es/articulo/182379
 Gordon, D. M, Edwards, R; Reich, J.M. (1985). Trabajo segmentado, trabajadores divididos. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid.

Honty, Gerardo (2016), <http://www.alainet.org/es/articulo/182236>
 Kagarlisky, Boris (2015) www.potemkinreview.com/kagarlitsky-interview.html
 Katz Claudio (2017) <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=221819>
 Krugman, Paul (2017) www.lanacion.com.ar/1976434
 Lucita, Eduardo (2016) <http://www.laarena.com.ar/opinion/097214-11>
 Majfud, Jorge (2016) <http://www.alainet.org/es/articulo/182149>
 Moreno, Guillermo (2017) <http://www.clarin.com/ByJM3b-vg.html>
 Nye, Joseph (2017). www.clarin.com/mundo/nuevo/S11L0Xgvg.html
 Panitch, Leo (2016). <https://www.jacobinmag.com/2016/12>
 Pérez Llana, Carlos (2017). www.clarin.com/opinion/rk5pMZewe.html
 Pozzi, Pablo (2016). <http://www.laizquierdadiario.com>
 Puello Socarrás, José Francisco (2017). <https://zur2.wordpress.com>
 Robert, Michael (2016). <http://www.sinpermiso.info/textos>
 Robinson, William (2017) <http://www.alainet.org/es/articulo/182745>
 Sapir, Jacques (2016) <http://www.elviejotopo.com>
 Silva Flores, Consuelo, Lara Cortes, Claudio (2017) www.globalresearch.com/5569580

Terragno, Rodolfo (2017) <http://www.clarin.com/rkAI9Ha8l.html>
 Varoufakis, Yanis (2016) <http://www.sinpermiso.info/textos>

Claudio Katz é um economista argentino, pesquisador do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET), professor da *Universidad de Buenos Aires* (UBA) e membro do coletivo *Economistas de Izquierda* (EDI).

Original em espanhol publicado na Página Oficial de Claudio

Katz: <http://katz.lahaine.org/?p=288>

Tradução para o português: Carlos Alberto Coutinho